



## AS RESISTÊNCIAS E OS LIMITES DO MODELO PRIMÁRIO EXPORTADOR NO BRASIL (2013)

## THE RESISTANCE AND THE LIMITS OF PRIMARY-EXPORT MODEL IN BRAZIL (2013)

## RESISTENCIAS Y LÍMITES DEL MODELO PRIMARIO EXPORTADOR EN BRASIL (2013)

### **Eliane Tomiasi Paulino**

Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina.  
Laboratório de Análises Territoriais Campo-Cidade - LATEC  
[eliane.tomiasi@uel.br](mailto:eliane.tomiasi@uel.br)

### **Eraldo da Silva Ramos Filho**

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe  
Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos - LABERUR  
[eramosfilho@gmail.com](mailto:eramosfilho@gmail.com)

### **Jorge Montenegro**

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná  
Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra - ENCONTRRA  
[jorgemon00@hotmail.com](mailto:jorgemon00@hotmail.com)

**Resumo:** Este texto propõe uma análise de conjuntura do momento (2014) em que se encontra o modelo (neo)extrativista no Brasil, dentro de uma situação semelhante em outros países de América Latina. Nesse sentido, se aposta por uma leitura onde além dos mecanismos de mercantilização e espoliação provocados pelas ações do agronegócio, megamineração, grandes obras, etc., também se mostrem o campo de resistências que se enfrentam ao modelo. A reprimarização, a importância do IIRSA e do PAC ou as lutas pela vida dos povos e comunidades arraigados em seus territórios, são alguns dos elementos chave nessa análise.

**Palavras chave:** (Neo)extrativismo, acumulação por espoliação, mobilizações sociais, agroestratégias.

**Abstract:** This paper proposes a conjuncture analysis of the moment (2014) in which is found the (neo)extractive model in Brazil, in a similar situation in other countries of Latin America. In this sense, it develops a reading that in addition to the commodification and dispossession mechanisms caused by the actions of agribusiness, mining, large construction sites, etc., also showing the resistances field that face the model. The reprimarization the importance of IIRSA and PAC or the struggles for life of people and communities rooted in their territories, are some of the key elements in this analysis.

**Keywords:** (Neo)extractive; Accumulation by dispossession; Social mobilization; Agrarian strategies.

**Resumen:** En este texto se propone un análisis de coyuntura del momento (2014) en que se encuentra el modelo (neo)extractivista en Brasil, dentro de un marco semejante en otros países de

América Latina. En este sentido, se apuesta por una lectura donde además de los mecanismos de mercantilización y espoliación provocados por el agronegocio, megaminería, grandes obras, etc., también se muestre el campo de resistencias que se enfrentan al modelo. La reprimarización, la importancia del IIRSA y del PAC o las luchas por la vida de los pueblos y comunidades arraigados en sus territorios, son algunos de los elementos clave en esta análisis.

**Palabras clave:** (Neo)extractivismo, acumulación por desposesión, movilizaciones sociales, agroestrategias.

## Introdução

Esse texto traduz um esforço de síntese das reflexões elaboradas para a reunião do Grupo de Trabalho “Desarrollo Rural: disputas territoriales, campesinos y descolonialidad” do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), ocorrida em 2014 no México e que, dentre as atividades, promoveu o debate sobre a conjuntura de cada um dos países da América Latina com representantes aí presentes.

Como o conteúdo é familiar a uma parte relevante dos leitores, faz-se necessário esclarecer que a abordagem aqui empregada é coerente com uma mirada transfronteiriça, como o foram todas as reflexões de igual teor, tendo em vista o objetivo de conhecer para compreender singularidades, particularidades e generalidades dos processos agrários na América Latina. Ocasão oportuna para evidenciar o quanto temos em comum, em vista da prevalência do monopólio fundiário que faz perpetuar entre nós os maiores índices de concentração de terras do planeta, e que também criou arranjos espaciais diversos.

Essa concentração não se desdobra apenas em problemas restritos ao campo, como fazem crer os ideólogos do fim do latifúndio. Verificou-se que tanto quanto no Brasil, desde o paralelo 32 do hemisfério norte até o 54 do hemisfério sul, a grande mídia de todo América Latina e mesmo a academia dos diversos países têm sido os veículos de construção de consensos distorcidos o suficiente para invisibilizar o despojo dos povos do campo e, simultaneamente, do bem comum, o que definitivamente extrapola fronteiras campo-cidade e Estados-Nação.

Enquanto as diferentes formas de resistência e luta pela terra seguem sendo manipuladas no campo da representação para que apareçam à opinião pública como atos de terrorismo, de banditismo ou, na melhor das hipóteses, de oportunismo, os governos latinoamericanos que, em sua quase totalidade, sucederam os governos neoliberais como dissidência, empunhando pautas políticas de transformações estruturais intensificam as alianças com os setores que estão à frente do processo a que vários autores se referem como (neo)extrativismo (VELTMEYER e PETRAS, 2014; SVAMPA, 2011; MACHADO ARÁOZ, 2012; GUDYNAS, 2009)



Menos que uma repetição do mesmo para essa porção do planeta cuja geografia é reveladora do saque ininterrupto e em favor de demandas extra continentais, as dinâmicas recentes dão evidências da mudança no calibre do esbulho territorial, em virtude do aumento geométrico da retirada de minérios, madeiras, água e outros bens naturais que até agora resistiram por estar em áreas periféricas aos grandes circuitos mercantis, e quase sempre guardadas pelos povos originários e populações camponesas.

Esse movimento significa nada menos que a conversão dessas populações em obstáculo ao que se convencionou chamar de desenvolvimento, ao qual estão respondendo os governos com mudanças jurídicas que anulem direitos fundamentais e removam interdições ambientais protetivas, violando assim as perspectivas civilizatórias que pareciam adentrar o continente no início do milênio.

Tratar esse processo como inexorável não é o objetivo desse texto. Considerando-se que o papel da ciência é estudar, para entender o problema, como forma de prescrever o seu enfrentamento é o que nos move, mesmo porque ensina Raffestin (1993) que sem representação não há ação possível, porque toda forma de resistência se engancha nas diferenças, sempre temidas pelo pacto hegemônico. Sendo assim, a análise aqui proposta é a que confere centralidade às resistências, sem com isso ignorar a assimetria das forças em confronto.

Não obstante, ainda que se trate de um processo coordenado desde os postos de comando do movimento mercantil do qual se alimenta a acumulação ampliada do capitalismo global, é imperioso compreender a lógica de classe amalgamada desde as frações hegemônicas do território, até porque nenhum sentido poderá fazer a abordagem geopolítica fora dos marcos de classe, como aliás ensinou Andrade (1989), ao ponderar para que são erigidas as fronteiras nacionais, para quem se cerca os recursos e de quem o Estado os protege.

São movimentos que ganham profundidade a amplitude porque incorporam processos de subalternização em múltiplas dimensões. A mercantilização dos bens naturais e a exploração do trabalho têm diversidades raciais ou de gênero evidentes, que as constituem e as dão fortaleza. O desprezo dos saberes das populações que ocupam de forma tradicional seus territórios e que são o alvo desse movimento também permite ajuda a caracterizar esse modelo (neo)extrativista em suas diversas vertentes de opressão.

Por isso, o esforço de perscrutar dinâmicas internas, correlacionando-as com as externas desde a compreensão inabalável de que junto com a luta de classes se articula uma constelação complexa de opressões que estão no centro do movimento da realidade, sendo esse o fio condutor dessa análise em que o recorte repousa sobre o caso brasileiro.

## Faces do projeto (neo)extrativista em curso no Brasil

Os conflitos territoriais e as lutas de resistência no ano de 2013 fazem parte de processos de mais longo prazo que se acirram agora em função de uma maior capacidade de denúncia e articulação das comunidades vítimas de despojo ante uma intensificação dos processos de expansão do capital no campo.

Expressam de forma contundente os impactos da concepção de desenvolvimento engendrada no seio do projeto neoliberal e que, na prática, resultou em reposicionamento do Brasil no processo global de acumulação de capital.

No entanto, os conflitos revelam uma correlação de forças desigual em prejuízo dos sujeitos subalternizados, mas que não se mostram apáticos ante a decisão do governo supostamente democrático-popular de renunciar à reorientação do projeto nacional: ao invés de romper com a herança dos governos neoliberais e autoritários que o antecederam, aposta cada vez mais na reprimarização da economia, cujo saldo é a violenta investida sobre as frações camponesas e indígenas do território nacional.

Do ponto de vista jurídico-político-institucional, consideramos haver uma volta ao passado, que foi favorecida por uma situação que sabemos ser conjuntural: o aumento do preço das *commodities*, tanto as minerais quanto as agrícolas<sup>1</sup>. No que se refere à mineração, a expansão dos projetos tem ocorrido, sobretudo na Amazônia, cujo ecossistema, a floresta tropical, e os modos de vida, são absolutamente vulneráveis à apropriação capitalista corporativa que ora vemos aprofundar-se.

Embora não seja nova a extração de ouro, alumínio, manganês e minério de ferro, entre muitos outros minérios, o que há de novo é o ritmo e a intensidade que ora se instaura, bem como a feição dos agentes da violência e da espoliação, cada vez mais identificados com as grandes corporações, sendo o caso da Companhia Vale do Rio Doce o melhor exemplo.

Trata-se de empresa pública que foi privatizada no final dos anos 1990 que se ora se constitui como uma das maiores mineradoras do mundo, mas que provoca violações manifestas dos direitos da natureza e de pessoas: em 2012, foi "condecorada" com o Public Eye Awards, por ser considerada a pior empresa do mundo, precisamente por causa dos impactos socioambientais relacionados com a aceleração da extração do minério, cuja meta é lograr 400 milhões de toneladas anuais até 2018. Isso representa nada menos que uma expansão de 48,1% em relação ao que se

<sup>1</sup> No momento da publicação deste análise de conjuntura a situação das *commodities* mudou em função da desaceleração do crescimento na China, principalmente.



extraíra das jazidas brasileiras no ano de 2013. Os dados sobre o faturamento da mineração não deixam dúvida da força avassaladora do setor: desde 2009, o faturamento aumentou 83% no país.

Essa dinâmica está promovendo outra modalidade de impacto que recai diretamente sobre as populações: a demanda por energia. Ao ritmo da extração de minérios, projeta-se a construção de barragens e usinas hidroelétricas, muitas das quais em confronto explícito com normativas internacionais das quais o Brasil é signatário, a exemplo das consultas prévias aos povos e comunidades tradicionais dos territórios afetados, manifestamente manipulados.

No seio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o princípio da consulta prévia às populações atingidas vem sendo ajustado às metas do capital, desencadeando contestações na justiça pelas representações dos sujeitos em luta e mesmo por membros do poder judiciário nacional. Trata-se, portanto, de analisar a situação na perspectiva das contradições que se desenrolam na dimensão macroestrutural, na qual o Estado não comparece como um bloco homogêneo. Ao contrário disso, revela-se como esfera que impulsiona o exercício das hegemônias, contra as quais as lutas sociais não estão logrando êxitos aferíveis, até porque os oponentes estão investidos da força e da legitimidade que somente o Estado poderia prover.

Merece destaque esse papel que o PAC assume como vetor de conflitividade no país, uma vez que revela uma ação governamental planejada com vistas à retomada da capacidade orientadora do Estado na questão do crescimento econômico do país, através do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas. Dessa forma, o governo busca ter papel de liderança no processo de crescimento, direcionando os investimentos e a economia do país.

Para tanto, o Programa identifica uma série de projetos que estão concentrados nas áreas de: infraestrutura logística, envolvendo a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; infraestrutura energética, correspondendo a geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; e infraestrutura social e urbana, englobando saneamento, habitação, metrô e trens urbanos, universalização do programa Luz para Todos e recursos hídricos.

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), no contexto latino-americano, e o PAC, no contexto nacional, inserem-se nesta estratégia na qual os Estados-Nacionais, suportados também pela financeirização imposta pelos organismos financeiros multilaterais, investem vultosas somas de capital excedente em megaprojetos de infraestrutura física transnacional, com a finalidade de estabelecer a interligação intermultimodal e a interconectividade

bioceânica, pois a dinamicidade dos fluxos econômicos internacionais nas últimas décadas se mostra mais volumosa e promissora no oceano Pacífico, em detrimento do oceano Atlântico.

Portanto, não somente busca-se concretizar saídas para o mar para países interiores como Bolívia ou Paraguai, mas, sobretudo, possibilitar às corporações dos setores e ramos da indústria da construção pesada, mineração, agronegócio, energia, logística e comunicações, bem como bancos que atuam no Brasil, expandirem-se geograficamente para o subcontinente e abrir saídas para conectar-se com o oriente, mediante maior fluidez do espaço e redução dos custos dos deslocamentos espaciais.

Na base deste modelo de desenvolvimento defende-se a extrema dinamização desses eixos de integração e desenvolvimento, por meio do uso das próteses instaladas no território (estradas, pontes, ferrovias, portos, barragens, etc.) para maior fluidez de mercadorias, recursos naturais, trabalhadores, informação, energia e dinheiro. Afinal, tais próteses são “capital fixo incorporado à terra” que, além de absorvedoras de grande volume de capital, apresentam uma fixidez espacial, exigindo seu uso e exploração para que seu valor se realize (HARVEY, 2005, p. 87).

Qualquer evento que impeça esta dinâmica, como retratamos ao longo desta análise, gera efeitos catastróficos. Na fase de adição deste “capital fixo incorporado à terra”, sob a ótica dos capitalistas, os protestos dos trabalhadores e povos originários, entre outros, contra a expansão deste modelo de desenvolvimento representam uma ameaça contra a concretização dos respectivos objetivos de acumulação. Para os grupos atingidos colocar-se em luta, resistência e movimento é uma condição de sobrevivência. Diante destes impasses, os Estados Nacionais entram em operação para garantir as adequações na legislação, a coerção e o controle dos trabalhadores, em favor do capital.

A observação do traçado dos eixos da IIRSA e da interconectividade com os megaprojetos previstos no PAC revela que a estratégia de planejamento territorial dos causídicos da IIRSA e do PAC, para além de instrumentalizar o território com capitais fixos incorporados à terra que viabilizam a fluidez do espaço, abre o território para penetração do capital justamente nas zonas de articulação dos nós territoriais abundantes em etno-biodiversidade, terras, águas, minérios, sítios arqueológicos etc.

Portanto, sua implantação denuncia o movimento de incentivo e promoção da acumulação por espoliação (HARVEY, 2005), pelos Estados Nacionais, articulados com os organismos financeiros supranacionais e corporações capitalistas. Tais medidas se materializam no plano interno no PAC, ao passo que no plano externo verifica-se nas interconectividades entre este programa e a IIRSA.



Os impactos dessa estratégia são brutais não só para as populações que moram no entorno, mas também para a sociedade em geral, pela perda de sociobiodiversidade que provocam. Apesar disso, a gestão do território realizada pelo governo atual está orientada apenas para programas de mitigação dos impactos sobre as populações atingidas com compensações parametrizadas pela vulnerabilidade que lhes é peculiar, o que significa dar motores para barcos, tratores, equipamentos e renda mínima.

A fragilidade das populações atingidas faz com que, em regra, tais migalhas funcionem como poderosa moeda de troca, diminuindo as tensões imediatas e a disposição para o enfrentamento organizado, que se traduz na incapacidade de articulação mais ampla dos movimentos de resistência. Somente na bacia amazônica, estão sendo implantadas 31 novas unidades geradoras de energia hidroelétricas, algumas já em construção, outras em fase de licenciamento prévio ao início das obras, sendo ainda amplamente desconhecidos os desdobramentos socioambientais em curto, médio e longo prazo.

A outra face do projeto extrativista repousa no modelo agrícola em curso que, em nome da importância da agropecuária para a economia nacional, vem instaurando novos marcos jurídicos de cunho territorial regressivo em termos ambientais e sociais, impactando diretamente os sujeitos cuja reprodução se dá fora dos marcos estritos da lógica de acumulação do capital.

A pretexto de aumentar a produção agropecuária, paulatinamente vem sendo destruído o princípio da precaução no que toca à legislação ambiental, merecendo destaque a flexibilização dos critérios que estabelecem os índices de toxidez toleráveis nos agrotóxicos e da própria liberação dos transgênicos, cada vez menos pautados em parâmetros científicos mínimos. Ao invés disso, a subordinação aos interesses imediatos de uma fração de capitalistas que querem inserir terras no circuito produtivo se dá abertamente, contudo tais capitalistas somente se dispõem a produzir em vista da margem de lucro e renda presumida da atividade. Sem controle social eficaz, podem se mover livremente, desdenhando as práticas conservacionistas que seguramente lhes imporiam outra relação com a terra e com os trabalhadores a seu serviço.

O princípio extrativo que os move é o mesmo que faz com que a maior parte das terras agricultáveis no Brasil estejam ociosas e semi-ociosas, evidenciando uma estratégia patrimonialista que se reforça à medida que o princípio do cumprimento da função social da terra vai se tornando cada vez mais obra de retórica. Prova disso é que em 2013 apenas 10,6% da área sob domínio privado estava cultivada com grãos, sendo necessário esclarecer que o fato de haver duas safras anuais faz com que as áreas utilizadas com lavouras temporárias sejam duplamente contabilizadas, logo tal proporção está superestimada.

A mesma Constituição que condiciona a manutenção da propriedade privada à utilização produtiva da terra determina a exploração agropecuária em compatibilidade com a conservação ambiental, no entanto em 2014 ratificou-se o direito ao esbulho da natureza com a implantação definitiva do Cadastro Ambiental Rural, o único instrumento que faltava para que o Código Florestal, significativamente amputado em 2012, entrasse em vigor.

Como se não bastasse o retrocesso que tal medida representa para o país, que jamais havia sido tão permissivo com a dilapidação ambiental, caminha a passos largos a Proposta de Emenda Constitucional que demolirá princípios civilizatórios do qual o país é signatário: ela permitirá não apenas que se apague o débito do Estado brasileiro para com os povos indígenas, que constitucionalmente teriam seus territórios demarcados há 21 anos, quanto permitirá a revisão das demarcações já efetuadas e a paralisação das demais, o mesmo valendo para os territórios das populações tradicionais e das unidades de conservação.

Essa conjuntura é coerente com os processos estruturais desdenhados pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) que, ao invés de cumprir as diretrizes populares que o levou à presidência do país nos últimos 13 anos, optou pelo fortalecimento da aliança entre terra e capital, por meio da legalização do monopólio fundiário e da grilagem, sinal que necessitavam os capitalistas rentistas para avançar na invasão das terras públicas e em regime de uso/posse legítimos. Não por acaso, a paralisia da política de assentamentos chegou ao limite, o mesmo aplicando-se para a homologação das terras indígenas.

Nesse modelo de desenvolvimento a conflitualidade não é um mero acidente, mas faz parte da lógica indissociável do mesmo, gerando um conjunto de disputas territoriais que povoam a geografia brasileira. Os dados que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) sistematiza anualmente sobre os conflitos no campo mostram duas tendências claras: apesar da democratização do país e da expansão territorial da presença do Estado, a violência não cessa, aumenta; há um incremento claro da violência ligado às necessidades de materialização desse modelo primário-exportador, em função da criação das mega-infraestruturas, mineração de grande porte e do agronegócio que se expande por áreas recentemente consideradas marginais (silvicultura em enormes extensões e grãos com sementes adaptadas a novas condições edafológicas e climáticas).

Segundo Carlos Walter Porto-Gonçalves e Danilo Pereira Cuin, em artigo para o relatório anual de Conflitos no Campo 2013, nesse ano foram registradas 847 áreas em conflito, afetando a 99.798 famílias. Apesar de ter diminuído o número de famílias envolvidas em 10.000, naquele ano, o número de conflitos é muito maior que a média do período 1985-2006 (671). “Nos últimos três anos, no governo Dilma, a média anual supera as médias anuais de todos os períodos analisados no



Atlas [dos Conflitos no Campo Brasileiro], exceto o período 2003-2006” (Porto-Gonçalves; Cuin, 2014, p. 19).

A voraz e contínua mercantilização da terra e do território no Brasil provoca disputas materiais e de sentidos evidentes. O açambarcamento de grandes extensões para produzir *commodities* agropecuárias ou minerais, construir barragens ou implementar uma exploração mineira a céu aberto, se articula com todo um processo de negação dos direitos territoriais de populações que vivem intensamente seus espaços de vida.

São processos de expropriação e expulsão que se legitimam na condição da necessidade histórica do desenvolvimento e que no mesmo movimento acusam as populações camponesas, indígenas, quilombolas ou de qualquer comunidade tradicional de fazer parte de um mundo marcado pelo atraso e que deve desaparecer. Os modelos de “frente de expansão” ou de “fronteira agrícola” se generalizam agora em todas as direções, recolonizando com ferocidade espaços já ocupados.

Nesse sentido, os dados de conflitos no campo da CPT nos ajudam a interpretar as disputas territoriais em dois grandes eixos. Por um lado, as situações de violência ligadas à luta pela terra (ocupações de terra e assentamentos da reforma agrária) ainda são muito expressivas no país, um indicativo da vigência da questão agrária e do marcado caráter fundiário da construção de uma sociedade estruturalmente desigual como a brasileira.

Por outro lado, a violência que sofrem as comunidades que ocupam tradicionalmente seus territórios vem crescendo e desde 2008 já são numericamente mais importantes que as anteriores referidas à luta pela terra e pela reforma agrária. Em 2013, 60% dos conflitos envolviam populações tradicionais frente a 36% de sem-terra e assentados da reforma agrária.

Essa situação retrata uma diminuição no número de ocupações ligadas à luta pela terra, em função de uma conjuntura absolutamente negativa, como apontado acima, para a reforma agrária (negação de fato do programa nos últimos governos, elevação dos preços da terra, criação de políticas sociais que reduzem o público que demanda terras e aumento do número de empregados). Mas também o deslocamento do conflito para os povos e comunidades tradicionais que se bem adquirem uma visibilidade maior a partir da criação de uma política específica para eles em 2006, a falta de implementação efetiva e o nulo avanço nas questões de proteção de seus territórios fazem com que sejam um alvo fácil e fragilizado dos projetos de desenvolvimento.

Nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo em que mais comunidades conseguem ampliar a escala de suas resistências, também se articulam um conjunto de agroestratégias, nos termos propostos por Almeida (2009), que tentam minar desde o legislativo a possibilidade da garantia

territorial dessas comunidades. A força da bancada ruralista dentro do Congresso Nacional permite que avancem com muita celeridade projetos de lei e de emendas constitucionais que reduzem os direitos ao território e à própria cultura desses grupos.

Entre os mais agressivos existem dois paradigmáticos: o Projeto de Emenda Constitucional 215/2000, que transfere para o legislativo a decisão de criar novas reservas indígenas, prerrogativa que atualmente é do poder executivo; revogar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil. Trata-se de uma reorganização do capital no campo que não encontra praticamente nenhuma resistência no âmbito do Estado.

Antes, o contrário se reafirma, pois em oito anos de uma política para as comunidades tradicionais, o Estado não foi capaz de avançar na regulamentação da consulta prévia da Convenção 169, o que permitiria uma possibilidade real desses grupos barrarem com respaldo legal esse modelo primário exportador e a barbárie que o acompanham.

Essas são algumas das evidências do poder de classe dos que ora se locupletam ao preço da depredação de bens ambientais insubstituíveis, como terra, água e florestas e que, ao mesmo tempo, eliminam os saberes que permitiam usá-los e cuidá-los dentro de práticas douradoras e equilibradas. Entender melhor, dar visibilidade e aprender dessas resistências que partem do cuidado do território de vida parece fundamental para enfrentar o horizonte de destruição que o modelo (neo)extrativista aponta no Brasil (e no restante de América Latina).

## Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner et al. (Org.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2000. p. 101-141.

ANDRADE, Manuel Correia. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: VVAA. **Extractivismo, política y sociedade**. Quito-Montevideo: CAAP e CLAES, 2009, p. 187-225.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

MACHADO ARÁOZ, H. Los dolores de Nuestra América y la condición neocolonial. Extractivismo y biopolítica de la expropiación. OSAL (Observatorio Social de América Latina), Año XIII, N° 32, 2012, p. 51-66.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013). Expropriação, violência e r-existência. In: CPT. **Conflitos no Campo – Brasil, 2013**. Goiânia: CPT, 2013. p. 18-26.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.



SVAMPA, Maristella. Modelos de desarrollo, cuestión ambiental y giro eco-territorial. In: ALIMONDA, Héctor (ccord.). **La Naturaleza colonizada**. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011, p. 181 – 218.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. Surgimiento y muerte del capitalismo extractivo. **Observatorio del Desarrollo**, México, v. 3, n. 9, p. 19-26, 2014.

Recebido em 15 de janeiro de 2015  
Aprovado em 15 de março de 2015

